



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**ATO ADMINISTRATIVO Nº 040 /2009-PGJ**

Regulamenta o Concurso de remoção de servidor, conforme previsão do artigo 20, § único, incisos I, II e III, da Lei Estadual Nº 8.229/2004.

O Procurador Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de regulamentar a remoção de servidor no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

**RESOLVE:**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Remoção é o deslocamento do servidor ocupante de cargo efetivo, no âmbito do Quadro Permanente de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com ou sem mudança de sede.

**Art. 2º** - A remoção, quando implicar mudança de comarca, dar-se-á : a pedido, por concurso, nos termos deste Ato e das disposições específicas do edital de abertura de cada certame, de ofício ou por permuta.

§1º- A mudança de um servidor dentro da mesma comarca dar-se-á por ato da Diretoria Geral.

§2º- A remoção de ofício ocorrerá no interesse da administração, independente de concurso.

§3º - A remoção por permuta depende da conveniência da administração e será considerada sem efeito, em caso de exoneração ou aposentadoria voluntária de um dos requerentes nos 6 (seis) meses posteriores ao deferimento.

**Art. 3º** - Em caso de vacância em comarca que houver candidatos aprovados, na vigência de Concurso Público, será obedecida a ordem de classificação daquela comarca.

**Art. 4º** - Na hipótese de vacância em comarca que NÃO houver candidatos



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

aprovados, a vaga será preenchida primeiramente por Concurso de Remoção àqueles servidores interessados.

**DA INSCRIÇÃO**

**Art. 5º** - O Procurador Geral de Justiça fará publicar edital de convocação para o concurso de remoção, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para a inscrição dos interessados.

§ 1º - Do edital de convocação deverão constar as comarcas onde existam as vagas, bem como o quantitativo e a denominação dos cargos a serem lotados em cada uma delas.

§ 2º - A aplicação do concurso de remoção incidirá sobre as vagas originariamente publicadas no edital, e caso não haja candidatos aprovados na respectiva comarca, àquelas decorrentes do próprio processo de remoção e as decorrentes de quaisquer das hipóteses previstas no art. 20 da Lei 8.229/2004, ocorridas até a véspera do resultado da classificação.

§ 3º - Os interessados poderão optar por qualquer localidade, disponível ou não, observando-se o limite de até 05 (cinco) opções, indicadas por ordem de preferência.

§ 4º - O concurso de remoção poderá ser escalonado obedecida a seguinte ordem para provimento de vagas:

- a) da Procuradoria Geral de Justiça e das Comarcas de Entrância Especial;
- b) das Comarcas de Terceira Entrância;
- c) das Comarcas de Segunda Entrância;
- d) das Comarcas de Primeira Entrância.

**Art. 6º** - A inscrição no concurso de remoção será feita mediante preenchimento de formulário próprio, com indicação, por ordem de preferência, das unidades ou localidades ofertadas, a ser obtido no Departamento de Gestão de Pessoas ou no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mp.mt.gov.br>.

**Parágrafo único** - As informações constantes do formulário serão prestadas sob inteira responsabilidade do candidato e sua inveracidade acarretará as cominações legais pertinentes, além da anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem ônus para a Administração.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**Art. 7º** - Será admitida a realização de inscrição por procurador, mediante a apresentação de procuração por instrumento particular, com poderes específicos, sem necessidade de reconhecimento de firma, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato e de seu representante legal, as quais serão retidas, além dos demais documentos exigidos neste Ato e no edital de abertura.

**Art. 8º** - A pedido do candidato, a inscrição poderá ser alterada ou desconsiderada, desde que o requerimento seja formulado por escrito e entregue ao Departamento de Gestão de Pessoas até o último dia do prazo de inscrição estabelecido no edital do concurso.

**Art. 9º** - São condições para que o servidor possa participar do concurso de remoção:

I – ter cumprido o estágio probatório;

II - não ter sido removido em virtude de concurso de remoção nos 2 (dois) anos anteriores a abertura do concurso;

III – não ter desistido da remoção após o encerramento do prazo de inscrição no respectivo concurso, nos 2 (dois) anos anteriores a abertura do concurso;

IV – não ter sofrido penalidade de advertência ou de suspensão nos últimos três e cinco anos, respectivamente, a contar da abertura do Concurso de Remoção;

V – estar em efetivo exercício na data da publicação do edital de abertura do certame;

VI – não ter sido beneficiário de licença para tratar de assuntos particulares nos 2 (dois) anos anteriores ao certame;

VII – não ter sido beneficiário de licença médica por mais de 30 (trinta) dias nos 2 (dois) anos anteriores ao concurso.

§ 1º - Para efeito deste Ato, entender-se-á:

I – a data da remoção e a data da desistência, a que se referem os incisos II e III, como a da publicação da homologação do resultado do concurso de remoção;

II – os prazos que se referem o inciso I, será contado retroativamente da data de publicação do edital de abertura do concurso de remoção.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**DA CLASSIFICAÇÃO**

**Art. 10** - Será desclassificado o candidato que não atender aos requisitos previstos neste Ato.

**Art. 11** - A lista de classificação dos candidatos será elaborada pelo Departamento de Gestão de Pessoas, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 9º.

§ 1º - As vagas oferecidas serão preenchidas de acordo com a classificação dos candidatos e suas respectivas opções. Existindo candidato não aproveitado na primeira opção, passará ele a concorrer na sua segunda opção e assim sucessivamente, devendo sempre ser observada a classificação referida no caput.

§ 2º - O preenchimento das vagas supervenientes do concurso de remoção, na forma do artigo 5º, § 2º, 2ª parte, deste Ato, se dará na forma prevista no edital de abertura, através de nova convocação concomitante com a publicação do preenchimento das vagas disponíveis, até que não haja mais vagas a serem preenchidas.

**Art. 12** - Para fins de classificação e, se necessário, de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I – maior tempo de efetivo exercício no Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

II – melhor classificação do respectivo concurso de ingresso, quando oriundos no mesmo certame;

III – maior tempo no serviço público estadual;

IV – maior tempo no serviço público federal; e

V – maior idade.

§ 1º - Tendo o candidato desistido de remoção após a homologação do resultado de concurso pretérito, a ele também será aplicado o prazo do artigo 9º, inciso II, entretanto, contado a partir da data em que tiver sido publicada a desistência.

§ 2º - O tempo de serviço especificado nos incisos II e III será apurado em dias corridos e somente será considerado quando averbado no Departamento de Gestão de Pessoas desta Instituição, até o último dia do prazo de inscrição estabelecido no edital de abertura do Concurso de Remoção, não se aceitando



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

nenhuma outra forma de comprovação.

**DOS RECURSOS E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**Art. 13** - A classificação final será divulgada, na forma determinada pelo edital, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do dia seguinte ao término das inscrições.

§ 1º - Os interessados terão o prazo de três dias, a contar da data de divulgação da referida classificação, para apresentar pedido de reconsideração, dirigido à Comissão Permanente de Concurso de Remoção desta Instituição, que proferirá a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do protocolo.

§ 2º - O pedido de reconsideração deverá ser instruído com a indicação dos itens a serem retificados, justificativa pormenorizada acerca do fundamento da impugnação e documentação comprobatória de todas as alegações.

**Art. 14** - Transcorrido o prazo para apresentação de pedidos de reconsideração, a classificação final dos candidatos será homologada pelo Procurador Geral de Justiça, publicada em Órgão Oficial de Imprensa do Estado de Mato Grosso.

**Art. 15** - Após a homologação do resultado, o Procurador Geral de Justiça expedirá os atos de remoção dos servidores e os fará publicar em Órgão Oficial de Imprensa do Estado.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16** - Ao servidor cuja remoção implique mudança de sede serão concedidos, a critério do Procurador-Geral de Justiça, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato de remoção, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído, nesse prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede, ressalvados os casos em que o servidor declinar desse prazo.

§ 1º - Na hipótese de o servidor se encontrar afastado legalmente, o prazo de que trata o item anterior será contado a partir do término do afastamento.

§ 2º É facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no caput.

§ 3º As despesas decorrentes da mudança de sede correrão a expensas do servidor.

**Art. 17** - Na hipótese de Remoção, por ofício, será concedido um valor da ajuda de custo para despesas de mudança correspondente a um subsídio.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**Art. 18** - É defeso à Administração valer-se da remoção como pena disciplinar.

**Art. 19** - A remoção não interromperá o interstício do servidor para efeito de promoção ou de progressão funcional.

**Art. 20** - Fica criada a Comissão Permanente de Concurso de Remoção, formada por:

I – um membro designado pelo Procurador Geral de Justiça;

II – um servidor designado pelo Procurador Geral de Justiça;

III - dois servidores do Departamento de Gestão de Pessoas, designados pela Diretoria Geral;e

IV – um representante da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado – ASMIP.

**Art. 21** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Geral de Justiça, ouvida a Comissão Permanente de Concurso de Remoção.

**Art. 22** - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se o **Ato Administrativo 052/2007-PGJ**.

Cuiabá-MT, 28 de abril de 2009.

  
**Marcelo Ferra de Carvalho**

Procurador Geral de Justiça